



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - CONSEMA

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA
PERMANENTE DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49

Aos dezesseis dias do mês de fevereiro de dois mil e dezesseis, realizou-se a 5ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica Permanente de Planejamento Ambiental, do Conselho Estadual de Meio Ambiente, na sede da SEMA, situada na Av. Borges de Medeiros, 261, 15º andar – Auditório, nesta Capital, com início às 14horas e com a presença dos seguintes Conselheiros: Sra. Lisiane Becker, representante da Mira-Serra; Sra. Ana Amélia Schreinert, representando a FAMURS; Sr. Luís Fernando Pires, representante da FARSUL; Sr. Walter Rizzo Fichtner, representante da FIERGS; Sr. Rafael Altenhofen, representante da UPAN; Sr. Leosérgio Angheben, representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia; Sr. Eduardo Stumpf, representante do Comitê de Bacias Hidrográficas; Sra. Paula Silva de Moura, representante do SINDIÁGUA; Sra. Tamara Falavigna, representante da Amigos da Floresta; Sra. Ana Rosa Severo Bered, representante da FEPAM; Sr. Luiz Ernesto Grillo Elesbão, representante do CREA-RS; Sr. Guilherme Velten Junior, representante da FETAG; Sr. Antonio Green Rivaldo, representante da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Irrigação; Sr. Fernando Hartmann, representante da Sociedade de Engenharia do RS; Sr. Alberto Nierderauer Becker, representante da Secretaria da Segurança Pública; Sra. Maria Patrícia Mollmann, representante da Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Também participaram da reunião: Sra. Gisele Rosa/Metroplan; Sr. Tulio Carvalho/FEE; Sra. Nicole Fantinel/Amigos da Floresta; Sr. Sérgio Bavaresco/ASSTEC-SEMA; Sr. Marcelo Pedott/ASSTEC-SEMA; Sra. Carmem Niquel/CREA-RS; Sr. Antonio Carlos Leite de Borba/EMATER. O presidente da Câmara Técnica Sr. Eduardo Stumpf, iniciou a reunião às 14h14min, constatando a existência de quórum deu início aos trabalhos. **Passou-se ao 1º item da pauta: Aprovação da Ata da 4ª reunião da CTPLAMB:** dispensada a leitura da ata que foi enviada por e-mail com a convocação. Retificações: linhas 91 e 92 corrigir palavra fases que esta escrita com “z”. A Secretaria Executiva fará as retificações. Colocada em votação a aprovação da ata, 1 abstenção. ATA APROVADA POR MAIORIA. **Passou-se ao 2º item da pauta: ZEE – Início do contrato:** Maria Patrícia/SEMA: Comenta que assinaram o contrato com a empresa em janeiro e deram a ordem dos inícios do trabalho no prazo máximo de trinta dias e pelas regras do banco conseguiram prolongar. O que evoluiu dentro da secretaria foi o arranjo institucional do Estado e da compreensão que passaram a ter do zoneamento. A comissão ZEE é projeto estratégico do Governo do Estado, várias secretarias colocaram o olhar no zoneamento de ser um instrumento não só da parte ambiental como instrumento de Políticas do Estado para desenvolvimento, esta comissão vai acompanhar todas etapas do ZEE e na reunião realizada dia vinte e cinco vai ser decidido o arranjo constitucional e ver o que cabe ao CONSEMA nos seus regimentos e quais partes do ZEE vão virar resolução. A equipe da SEMA de coordenação é composta por quatro servidores: Sérgio Bavaresco, Marcelo Pedott, Ângela Borgoni e Humberto da Fundação Zoobotânica. Esta equipe de coordenação é que vai dar o “OK” final, são quarenta e sete produtos técnicos e esta e equipe que vai dar o “Ok” com o apoio de uma outra maior que será nomeada no Diário Oficial. E sugere que seja realizada uma Reunião Extraordinária antes da entrega do plano de trabalho. Lisiane Becker/Mira-Serra: Gostaria de saber se as contribuições apresentadas na câmara técnica serão apropriadas pelo plano, pois no Estado a questão da Mata Atlântica é muito frágil. Leosérgio Angheben/SDECT: Pergunta a relação das empresas que fazem partes da comissão das entidades e qual é a Secretaria do Desenvolvimento. Maria Patrícia/SEMA: Responde que são as Secretarias de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia e a de Desenvolvimento Rural. Walter Fichtner /FIERGS: Comenta que o pessoal que fez a apresentação na FIERGS a pedido do CODEMA, ouve um consenso de que é algo que não vai trazer muita coisa da realidade, onde vai passar municípios e empreendimentos despercebidos, mas eles comentaram que vai de acordo com cliente. Marcelo Pedott/ASSTEC-SEMA: Explica que é um decreto federal que estabelece critérios para elaboração do Zoneamento, estabelece as escalas, na região sul deve ficar um para cem mil e um para duzentos e cinquenta mil, ou seja, já estão fazendo para a maior escala estabelecida no decreto, além disso tem duas bacias em escala de vinte e cinco mil e também é uma questão de custo, quanto maior a escala, maior o custo e vale lembrar que é um macrozoneamento e para o Estado a escala um para cem mil é razoável. Rafael Altenhofen/UPAN: Resgata a conversa que teve com o SIRAM que se fala em novos critérios para os planos ambientais municipais, pois se sabe de casos de municípios que não atendem a 288 e não se pensou em mecanismos de fazer valer a legislação, quando se fala de planos ambientais municipais se sabe que vários

50 municípios têm “copia e cola”. Eduardo Stumpf – Presidente/CBH: Comenta que no seu ver o papel dos
51 representantes da câmara seja dividirem-se por especialidades e ficarem sempre atentos, como relação aos
52 municípios têm uma certa relevância e já pode se identificar entidades que vão ficar bem preocupadas com isto.
53 Maria Patrícia/SEMA: Relembra que na primeira reunião que se fez na Câmara Técnica, haviam combinado que
54 qualquer pedido, contribuição, estudo era para se encaminhar para a Secretaria-Executiva do CONSEMA e
55 acionaria o presidente e o grupo. Rafael Altenhofen/UPAN: Pergunta quem vai executar o filtro das informações
56 recebidas e do que será repassado para a empresa. Maria Patrícia/SEMA: Responde que a equipe de
57 coordenação técnica do ZEE é quem vai fazer o primeiro filtro, mas não é a empresa que vai decidir, pois a ideia é
58 abranger tudo o que for possível e não excluir e depois a equipe tem que prestar contas para quem pediu.
59 Eduardo Stumpf – Presidente/CBH: Comenta que todas as contribuições feitas para a Secretaria Executiva serão
60 repassadas para o grupo e assim podem fazer comentários e assim fazer um filtro técnico. Luiz Elesbão/CREA-
61 RS: Faz colocações, a primeira é que o zoneamento parte de um termo de referência e a empresa não vai sair do
62 termo de referência, segunda colocação, em relação aos outros estados que fizeram o zoneamento o Rio Grande
63 do sul quer chegar no micro que não é objetivo. No Estado temos muitos estudos detalhados, aprofundados que
64 estão perdidos por ai. Maria Patrícia/SEMA: Relata que o TR na questão do plano de trabalho ele se reporta para
65 as diretrizes metodológicas no Ministério do Meio Ambiente que é bem completo. Agora no momento de escrever o
66 plano de trabalho seria importante as coisas virem identificadas, depois de vir escrito o plano de trabalho não tem
67 mais “jogo”, o momento é agora de escrever o planejamento e este papel de buscar o que existe a empresa vai
68 buscar em cada setor. Walter Fichtner/PIERGS: Comenta que o grupo é de muita importância, por exemplo, na
69 FIERGS é preciso reunir um grupo de pessoas para debater e trazer uma sugestão. Maria Patrícia/SEMA: Elucida
70 que no documento que será repassado, na proposta comercial da empresa eles detalham vários itens para fazer
71 levantamento e a partir dali podem verificar se falta alguma coisa. Depois desses dois meses de planejamento,
72 vão ter mais quatro meses que a empresa vai ficar buscando dados e montando. Rafael Altenhofen/UPAN:
73 Comenta que muitos dos planos de bacias não incluíram águas subterrâneas, é uma questão que preocupa
74 bastante, se tem visto planos de irrigação no Estado e sabe-se que a disponibilidade hídrica no lençol freático é de
75 cinquenta anos, então se começarmos um plano que identifique o principal fator limitante e foque todas ações a
76 partir dele, pode se assim anteceder conflitos que estão por vir. Eduardo Stumpf – Presidente/CBH: Concorda com
77 Rafael e ressalta que toda questão de água subterrânea é regulada por um outro sistema, pelo sistema ambiental,
78 pelo sistema de recursos hídricos que está dentro da SEMA e o DRH terá que participar ativamente, para trazer a
79 demanda que vem dos comitês, pois os comitês sempre vão ter demandas. Maria Patrícia/SEMA: Comenta que
80 em relação a questão da água, está sendo desenvolvido o Sistema de Outorga de Água do Rio Grande do Sul
81 (SIOUT) que vai ser um grande banco de dados e este sistema vai agregar bastante na questão de gestão e
82 comenta em trazer uma apresentação do SIOUT para o CONSEMA. Rafael Altenhofen/UPAN: Ressalta que
83 quando se fala de políticas públicas não é só a base legal, mas o que existe de institucional e de praticas. Eduardo
84 Stumpf – Presidente/CBH: Explica que deu para identificar, a questão ambiental, genérica de licenciamento e a
85 hídrica, mas se tem outros interesses que vão entrar aqui, que são as áreas naturais, as áreas de conservação,
86 estes são os focos que devem ser trazidos para a Câmara Técnica. Lino Moura/EMATER: Relata que recebeu
87 convite para a reunião e tem um grande interesse neste tema. Apresenta Antônio que responde pela área
88 ambiental e se coloca a disposição para participar no trabalho em relação ao zoneamento. Eduardo Stumpf –
89 Presidente/CBH: Convida a Emater para participar do Grupo de Trabalho. Tulio Carvalho/FEE: Comenta que a
90 direção do FEE colocou como prioritária a participação neste trabalho e está designando alguns profissionais da
91 fundação para dar guarida. Felizmente há uma preocupação hoje em tentar colocar a questão do desenvolvimento
92 sustentável um pouco mais adiante deste entendimento. Maria Patrícia/SEMA: Relata que terá uma reunião dia
93 vinte e cinco na Secretaria Geral do Governo, onde será combinado como fica o arranjo. Luis Fernando/FARSUL:
94 Solicita que a FARSUL faça parte do grupo, pois o setor mais atingido e o mais interessado é o setor rural. Lisiane
95 Becker/Mira-Serra: Comenta que fez um ofício com perguntas relacionadas ao CAR ao CONSEMA e não obteve
96 respostas. Rafael Altenhofen/UPAN: Pergunta se os Coredes vão participar do zoneamento. Maria Patrícia/SEMA:
97 Explica que em uma das reuniões com os Secretários Adjuntos realizadas em dezembro essa foi uma das ideias
98 de mobilização social é utilizar a estrutura dos Coredes, mas tem que ver como juntar isto com o comitê de bacias.
99 Rafael Altenhofen/UPAN: Comenta um ponto positivo neste zoneamento que é deixar de ser um zoneamento
100 econômico ecológico e passar a ser um zoneamento de desenvolvimento, independente dos nomes setoriais que
101 houver, então espera que seja uma ferramenta que dê as diretrizes futuras, inclusive de mecanismos de
102 financiamento. Maria Patrícia/SEMA: Explica que o Estado por seus bancos públicos certamente estarão nesta
103 política e a ideia do produto final do ZEE possa se estabelecer diretrizes em legislação, por isto este olhar da
104 comissão Estadual do ZEE que envolve as outras secretarias é para ver a forma de implementar não só a
105 ambiental, mas também a parte econômica de desenvolvimento. Leosérgio Angheben/SDECT: Explica que em
106 relação aos financiamentos dos investimentos do Estado as licenças já estão incluídas nos financiamentos, é uma

107 regra nacional, todos os recursos do BNDS passam por estes quesitos. Maria Patrícia/SEMA: Pede que a partir da
108 disponibilização do plano de trabalho, mandem sugestões para repassar a empresa. Eduardo Stumpf –
109 Presidente/CBH: Comenta que fica pré agendada a reunião extraordinária dia 02/03, e a partir daí o grupo de
110 trabalho começa suas atividades e assim que for feita a leitura vão discutir o tema. Rafael Altenhofen/UPAN:
111 sugere que a alternativa poderia ser focar na tipologia de recursos essenciais, água, solo, clima, biodiversidade,
112 energia, entre outros, agrupar itens que são essenciais para o zoneamento e explica que uma questão
113 importantíssima é o volume de informações geradas, a tendência hoje tem uma incapacidade física de absorver
114 uma informação muito grande, então como uma estatal acha que isto é estratégico o produto disse e como será
115 aplicado. Maria Patrícia/SEMA: Elucida que na verdade a apresentação das informações é que elas estejam em
116 um sistema georreferenciado. Rafael Altenhofen/UPAN: Comenta que então fica um recado para o Estado já que é
117 estratégico. **Passou-se ao 3ª item da pauta: Assuntos Gerais:** Eduardo/CBH-Presidente: Consulta a
118 coordenadora do GT Mata Atlântica, Lisiane, sobre o andamento dos trabalhos do grupo. Lisiane/Mira-Serra:
119 Informa que como muitos membros do grupo estariam de férias e impossibilitados de se reunir nos meses de
120 dezembro, janeiro e fevereiro, o grupo suspendeu reuniões neste período e para agilizar o trabalho esta
121 elaborando uma minuta para apresentar o grupo em março e começar os debates em cima da minuta. Não
122 havendo nada mais a ser tratado encerrou-se a reunião às 15h44min. Foi lavrada a presente Ata que deverá ser
123 assinada pelo Presidente da Câmara.